

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.207.331 - MT (2017/0295224-0)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : DOELER DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA**  
**ADVOGADO : REINALDO AMÉRICO ORTIGARA - MT009552**  
**AGRAVADO : JAELYTON OLIVEIRA CAMPOS**  
**ADVOGADOS : IGOR GIRALDI FARIA - MT007245**  
**KARINE D AGOSTIN E OUTRO(S)**  
**AGRAVADO : ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A**  
**ADVOGADOS : JACÓ CARLOS SILVA COELHO - MT015013A**  
**FABIANE GOMES PEREIRA - GO030485**  
**DANIELE DE FARIA RIBEIRO GONZAGA - GO036528**  
**ALLINNE RIZZIE COELHO OLIVEIRA GARCIA - MT020011A**  
**RUBIA EMANUELLA SOARES RIBEIRO E OUTRO(S) -**  
**MT016120**  
**INTERES. : BURITIS DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA**  
**INTERES. : RENAULT DO BRASIL S/A**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo (art. 1042 do CPC/15), interposto por **DOELER DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 431/433 e-STJ).

O apelo nobre, amparado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, assim ementado (fls. 375/376, e-STJ):

RECURSOS DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS - CONserto DE VEÍCULO - ERRO NO FORNECIMENTO DE PEÇA - DEMORA EXCESSIVA - USO INVIABILIZADO - PERÍODO SUPERIOR A 100 (CEM) DIAS - FATO INCONTROVERSO - EQUÍVOCO COMETIDO PELA CONCIONÁRIA DA MARCA - RESPONSABILIDADE OBJETIVA EXCLUSIVA - DANO MORAL CONFIGURADO - DEVER DE INDENIZAR - MONTANTE ADEQUADO - CRITÉRIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE ATENDIDOS - DANOS MATERIAIS - DUBIEDADE NAS ALEGAÇÕES - AUSÊNCIA DE PROVAS - AFASTAMENTO - SENTENÇA MANTIDA - RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.

O erro na formulação do pedido de peça para serviços de conserto de veículo de marca específica por parte da distribuidora da marca, determinando que o fabricante forneça produto distinto do requerido pela oficina encarregada do serviço, acarreta para si a responsabilidade objetiva e exclusiva pela demora excessiva no conserto do veículo decorrente desse fato. Assim, impossibilitado o autor, proprietário do veículo, a utilizá-lo por mais de 100 dias, resta configurado o dano moral e o dever de indenizar, com propósito de minimizar a dor experimentada e servir de desestímulo à prática de atos contrários ao direito, prevenindo a ocorrência de situações assemelhadas. Sendo que o montante fixado na origem, de R\$ 8.000,00, atende os princípios da

razoabilidade e da proporcionalidade, afigurando-se, portanto, razoável e deve ser mantido.

A indenização a título de danos materiais, advinda da injusta demora no conserto do veículo, depende de prova do efetivo prejuízo, a ser produzida pelo autor e deve demonstrar a existência de déficit real no seu patrimônio; inexistentes nos autos, considerando que os valores da franquia do seguro e das prestações do financiamento, decorrem de responsabilidade contratual com a seguradora que lhe garantiu o conserto necessário e a financeira que lhe adiantou recurso financeiro para aquisição do veículo, não podendo obter qualquer ressarcimento nesse sentido, sob pena de enriquecimento sem causa.

Na origem, a demanda proposta versa sobre ação indenizatória visando a reparação dos danos materiais e morais. O Juízo de primeiro grau julgou parcialmente procedentes os pedidos. O Tribunal *a quo* negou provimento ao recurso.

Em suas razões de recurso especial, a recorrente, ora agravante, aponta ofensa ao artigo 14, §3º, do CDC. Sustenta, em síntese, que não teve culpa pelos danos materiais e morais causados.

Contrarrazões às fls. 417/426, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do apelo especial, sob argumento de rever o entendimento da Corte local demandaria o reexame de fatos e provas.

Daí o presente agravo (fls. 436/446, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual a recorrente busca refutar o óbice elencado pela Corte estadual.

Contraminutas (fls. 450/457 e 460/465, e-STJ).

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo **não merece prosperar.**

1. De início, impende consignar a aplicabilidade das normas insertas no Código de Processo Civil de 2015 a este julgado, com amparo no Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016, tendo em vista a data de publicação do aresto recorrido.

2. A Corte Estadual, após análise dos autos, manteve a sentença de procedência, pois entendeu que a parte recorrida logrou em comprovar a responsabilidade da recorrente. É o que se observa dos seguintes trechos do acórdão atacado (fls. 382/388, e-STJ):

"[...] Destarte, **da análise das provas coligidas aos autos não cheguei a outra conclusão, senão aquela do eminente julgador monocrático**, cuja fundamentação sentencial insta seja reproduzida em parte, em seus pontos específicos, conforme os excertos que se seguem. [...] Ressalte-se que o citado **documento de fls. 27/29, uma correspondência eletrônica que deixa evidente que o erro na formulação do pedido da peça em questão é exclusivo da ré/Buritit** e reforça o escorreito entendimento consignado pelo Magistrado a quo, que se segue: [...] Desse modo, atento a tais diretrizes e considerando-se, ainda, as circunstâncias do presente caso, é de se reconhecer que o d. Magistrado a quo bem avaliou a gravidade do abalo moral que os fatos provocaram ao autor."

Assim, para acolhimento do apelo extremo, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça, sendo manifesto o descabimento do recurso especial.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL. VIOLAÇÃO AO ART. 489 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. COMPROVAÇÃO DO FATO CONSTITUTIVO, RESPONSABILIDADE, ATO ILÍCITO, NEXO CAUSAL, CULPA EXCLUSIVA DE TERCEIRO E ILIQUIDEZ DO DANO. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A Corte local tratou de forma clara e suficiente a controvérsia apresentada, lançando fundamentação jurídica sólida para o desfecho da lide, apenas não foi ao encontro da pretensão da parte recorrente, o que está longe de significar violação ao art. 489 do CPC/2015.

**2. O acórdão recorrido concluiu pela comprovação do fato constitutivo do direito da parte agravada e pela não demonstração de causa excludente da responsabilidade da agravante, consignando a falha na prestação do serviço e a individualização do dano material, sendo desnecessária a liquidação por arbitramento. Desse modo, o acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas dos autos, o que é vedado na via especial, ante o óbice da Súmula 7 do STJ.**

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1324393/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 01/02/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO INDENIZATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DA DEMANDADA.

1. A alegação de afronta ao art. 535 do CPC/73 de forma genérica, sem efetiva demonstração de omissão do Tribunal a quo no exame de teses imprescindíveis para o julgamento da lide, impede o conhecimento do recurso especial ante à deficiência na fundamentação. Incidência da Súmula 284/STF.

2. Não fica configurado julgamento extra petita quando o Tribunal local decide questão que é reflexo do pedido na exordial, pois o "pleito inicial deve ser interpretado em consonância com a pretensão deduzida na exordial como um todo, sendo certo que o acolhimento da pretensão extraído da interpretação lógico-sistemática da peça inicial não implica julgamento extra petita". (AgInt no REsp 1088528/ES, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 03/08/2016). Na hipótese, a lide foi apreciada nos termos do pedido e da causa de pedir, razão pela qual não há falar em decisão extra petita.

3. A Corte Estadual concluiu pela legitimidade passiva da recorrente para a causa. A reforma do acórdão impugnado, neste aspecto, demandaria inegável necessidade de reexame de matéria fática

probatória, providência esta inviável em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 desta Corte.

**4. O Tribunal local, ao considerar que as provas apresentadas pelo autor foram suficientes para comprovar o fato constitutivo do direito alegado e que restaram demonstrados os elementos ensejadores do dever de indenizar, o fez com base na análise aprofundada do acervo probatório dos autos, sendo que a pretensão recursal demanda o revolvimento de fatos e provas, procedimento vedado por esta Corte Superior, a teor da Súmula 7 do STJ.**

5. A análise da insurgência com relação ao valor indenizatório arbitrado pelas instâncias ordinárias esbarra na vedação prevista na Súmula 7 do STJ. Apenas em hipóteses excepcionais, quando manifestamente irrisórias ou exorbitantes as quantias fixadas, é possível a revisão do quantum por esta Corte, situação não verificada no caso dos autos. Precedentes.

6. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 906.791/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe 03/10/2017)

**3.** Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo e, por conseguinte, majoro os honorários advocatícios em 10% sobre o valor fixado na instância de origem, nos termos do art. 85, §11º, do CPC/15. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI  
Relator